

Congelamento à mexicana

Em entrevistas e conversas públicas, os técnicos do Ministério da Fazenda rechaçam categoricamente a idéia de congelamento, insistindo que persistem os desajustes estruturais da economia brasileira e, por isso, a aplicação de novo choque de estilo heterodoxo redundaria num completo fracasso. Ressaltam que enquanto o Plano Cruzado durou oito meses e o do ex-ministro Bresser Pereira não passou de cinco, um novo plano dessa natureza estaria condenado a durar no máximo três meses, após o que a inflação ressurgiria em níveis ainda mais elevados do que os atuais.

Em conversa reservada, porém, os técnicos da Fazenda já não se revelam tão inflexíveis em relação ao congelamento. Há duas semanas um importante assessor de Mafson chegou a admitir ao JORNAL DO BRASIL que "algum dia" o governo teria de fazer um novo choque, reconhecendo que "não se derruba inflação sem desindexação". Para evitar a repetição de um novo fracasso, acrescentou esse assessor do ministro da Fazenda, seria preciso fazer uma desindexação com arrocho, isto é, com cortes de salários e elevação dos juros, de forma a impedir um aumento de demanda semelhante ao que destruiu o Plano Cruzado. "A festa do cruzado não seria possível repetir", disse o assessor.

O índice preliminar de 23% apurado em julho reanimou a discussão sobre o choque, fazendo surgir a proposta de um conge-

lamenteo limitado a uma cesta básica de alimentos e por prazo previamente determinado, além de novos cortes para contenção do déficit e mudança na política salarial. Ampliação dos cortes de despesa e fim da URP, por sinal, são medidas que constam em todas as alternativas em cogitação. A proposta do congelamento limitado parece inspirada no choque mexicano, sobre o qual há um relatório na mesa do ministro da Fazenda.

Apesar dos dois fracassos anteriores, a idéia de um novo congelamento tem receptividade no Palácio do Planalto, principalmente junto ao presidente Sarney, que vez por outra refere-se com nostalgia ao clima de entusiasmo despertado no país pelo Plano Cruzado. Exatamente pensando nisso os políticos do PMDB e PFL empenhados na campanha para a eleição de prefeitos e vereadores vêm pressionando o governo por um novo plano de estabilização econômica. Confirmando essas pressões, um ministro da área confidenciou a um dos seus assessores na semana passada seu receio de que a aplicação de um novo choque, a menos de três meses de eleições municipais, seja encaráda como uma repetição da fraude do Cruzado II — que reajustou os preços apenas quatro dias após a vitória do PMDB nas eleições de 1986.

De qualquer forma, o resultado final da inflação de julho e os primeiros indicadores do índice de agosto devem precipitar uma decisão do governo.